

***Democracia, Quarto Poder e os Novos Movimentos Sociais:
Reflexões sobre a prática jornalística a serviço da democracia e os
movimentos populares na era da internet***

Thaíssa Dilly (Mestranda em Sociologia Política – UVV)

1. Apresentação

O presente trabalho é fruto dos debates e discussões em sala de aula, principalmente, nas disciplinas de “Política Brasileira Contemporânea” e “Movimentos Sociais” do mestrado em Sociologia Política, da Universidade Vila Velha (UVV), na qual a autora é discente. O estudo se baseia no método qualitativo e utiliza a pesquisa bibliográfica e a perspectiva histórico-dialética de análise. Para tanto, serão utilizados referenciais bibliográficos específicos; dentre os autores utilizados estão Frank Cunningham, Joseph Schumpeter, Nelson Traquina, Bernardo Kucinski, Manuel Castells, e Pierre Lévy.

Para instigar a reflexão, serão abordados três momentos na história do desenvolvimento do jornalismo, enquanto prática democrática na sociedade. O primeiro diz respeito ao surgimento da profissão como “Quarto Poder” – momento em que também se consolida a democracia –, o segundo trata da relação entre o jornalismo e a ditadura militar no Brasil – episódio marcado pela censura midiática e repressão aos jornalistas –, por último, será feita uma abordagem sobre as recentes manifestações que agitaram o Brasil e o “confuso” posicionamento dos jornalistas – inicialmente contrários ao movimento e, mais tarde, favoráveis.

Observa-se que, desde sua consolidação como “Quarto Poder” até as dificuldades e censuras sofridas na ditadura, os jornalistas hoje, mesmo numa democracia, estão expostos à prática da autocensura, e direcionados a lealdade com os donos dos veículos ao qual trabalham, e não primordialmente ao interesse público (KUCINSKI, 1998). E, a partir dessa abordagem, busca-se demonstrar o papel que as redes sociais assumiram durante este Novo Movimento Popular, principalmente, destacando as manifestações ocorridas no Brasil entre junho e julho deste ano de 2013.

Antes de iniciar uma abordagem sobre a relação entre a democracia, o quarto poder e os movimentos populares, é preciso firmar uma série de indagações que, por serem básicas, fornecerão as diretrizes centrais em toda a discussão. Assim, a primeira questão diz respeito ao esclarecimento conceitual de democracia.

2. Afinal, o que é democracia?

O termo “democracia” surgiu no século V a.C., em Atenas. A palavra é formada a partir dos vocábulos gregos: “demos” (povo) e “kratós” (poder e/ou governo). Ou seja, a democracia significava propriamente o poder da multidão. Para Aristóteles (1997, p.64), entretanto, não se deve definir simplesmente a democracia como o governo em que a maioria domina, deve-se antes chamar “democracia” o Estado em que os homens livres governam.

Pois se a alma da democracia consiste, como pensam alguns, na liberdade, sendo todos iguais a este respeito, devem ter a mesma parte nos bens civis e principalmente nos grandes cargos; e, como o povo é superior em número e o que agrada à pluralidade é lei, tal Estado deve necessariamente ser popular. (ARISTÓTELES, 1997, p.66).

É importante salientar que, na Grécia, o Governo era realmente exercido pelo povo, a exemplo disso, são as assembleias em praça pública em que os assuntos e problemas eram discutidos pela própria sociedade. Frank Cunningham (2002, p.15) afirma que de forma apropriada (ou “correta”), o governo é exercido para o bem comum, ao passo que o governo inapropriado visa servir interesses privados, seja de um, de poucos ou de muitos. Neste sentido, por “bem comum” Aristóteles (*apud* Cunningham, 2002, p.15) afirma não ser este o interesse que as pessoas esperam compartilhar, mas o que é bom para a sua comunidade, visto que uma boa comunidade para ele promove o bem-estar de todos os seus membros, permitindo-lhes exercerem seus potenciais próprios e também levar vidas virtuosas e realizadas. Assim, observando essas considerações, Aristóteles considera a democracia a “mais tolerável” dos sistemas de governo.

Entretanto, de acordo com Joseph Schumpeter (1984), é questionável dizer que o povo tem a opinião certa e racional a respeito de todas as questões e que manifesta sua vontade na democracia, através da escolha de representantes. Pois o papel do povo, na democracia moderna, é formar um corpo intermediário, que formará o executivo nacional (governo). Assim, o método democrático é definido como um sistema institucional para a tomada de decisões políticas, onde o indivíduo adquire poder decisório nesta luta competitiva pelos votos do eleitor (SCHUMPETER, 1984, p.328).

Todavia, Schumpeter (1984) afirma que as escolhas do povo nem sempre levam a um governo efetivamente democrático – a própria História prova isso. Desse modo, as vontades coletivas autênticas só são atendidas quando um líder favorável a elas chega ao poder e as transforma em fatores políticos (põem em prática). Schumpeter (1984, p.332) explica ainda

que o argumento da representação proporcional – para evitar a “injustiça da democracia” – cai por terra quando consideramos que a verdadeira função do voto é a simples aceitação da liderança. Assim, a representação na democracia não atende a absolutamente todos, ou seja, não representa de fato a vontade do povo, mas apenas a vontade da maioria.

Desta forma, os eleitores possuem poder limitado, pois apenas aceitam os candidatos propostos e não podem escolher membros dos gabinetes, por exemplo. A escolha de quem vai ser ou não uma liderança política é do próprio candidato – desconsiderando-se o apelo popular (SCHUMPETER, 1984, p.339). No entanto, o eleitorado, além da função de formar o governo, segundo Schumpeter (1984), também tem o poder de dissolvê-lo, quer através da pressão social visando a forçar os líderes a seguirem certa linha de ação, quer – de forma radical – derrubando o governo “não mais desejável”. Assim, o autor apresenta como “situação política” o conjunto de circunstâncias resultantes da interação entre os interesses regionais e a opinião pública.

Por fim, Schumpeter (1984) esclarece que a democracia está diretamente ligada às liberdades individuais. Não há um governo que garante todas as liberdades nem um que suprima todas elas, porém a democracia é a forma governamental que mais garante liberdades, principalmente as *de expressão e de imprensa*.

3. Do surgimento do Quarto Poder a censura jornalística e ditadura militar no Brasil

Para muitos autores, o século XIX é apontado como sendo o grande responsável por consolidar o capitalismo e a Revolução Industrial. Época em que houve aumento na escolaridade das populações; democratizou-se a vida política e, também, houve um crescimento das correntes ideológicas. Enfim, fatores que motivaram mudanças importantes nas relações entre jornalismo e política.

Nelson Traquina (2005) constata que o desenvolvimento da imprensa ocorre em paralelo ao progresso do sistema democrático e aos processos de industrialização e urbanização perpassados pela sociedade nos séculos XIX e XX. Assim, a comercialização da imprensa, é visto pelo autor, como fator importante para sua expansão; em que “teve verdadeiramente início no séc. XIX com a emergência de uma nova mercadoria, a informação ou, melhor dito, a notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 33).

A emergência do “produto notícia” partiria, pois, de uma necessidade humana. As pessoas desejosas de estarem a par dos acontecimentos cotidianos, tinham no jornalismo um instrumento importante, capaz de propiciar interações relacionadas ao contexto social no qual

estavam inseridas. Traquina (2005) aponta a nova definição de notícia como função de valores e normas estabelecidos por meio do papel social da informação numa democracia.

Com a legitimidade da teoria democrática, os jornalistas podiam salientar o seu duplo papel: como porta-vozes da opinião pública, dando expressão às diferentes vozes no interior da sociedade que deveria ser tidas em conta pelos governos, e como vigilantes do poder político que protege os cidadãos contra os abusos (históricos) dos governantes (TRAQUINA, 2005, pp.47-48).

Assim, no novo enquadramento da democracia, com o princípio de “poder controla poder” (*power checks power*), a imprensa passa a ser reconhecida como o “quarto” poder em relação aos outros poderes: executivo, legislativo e judicial. Traquina (2005) descreve que este termo foi utilizado pela primeira vez por um deputado do Parlamento inglês, chamado McCaulay, que durante uma sessão apontou para a galeria onde se sentavam os jornalistas na câmara e os apelidou de “Quarto Poder” (tradução do termo inglês *Fourth Estate*).

Entretanto, o novo designado “Quarto Poder”, a imprensa/ o jornalismo, necessitava de uma legitimidade para tranquilizar os receios, justificar o seu lugar crescente na sociedade, e dar cobertura a um negócio rentável. Assim, encontrou essa legitimidade nos intérpretes convincentes e influentes da “teoria da opinião pública”, conceito produzido, sobretudo, pelas teorias democráticas do século XIX (TRAQUINA, 2005).

Desta forma, Traquina (2005) afirma que a imprensa atuaria como um elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governantes. Os jornais eram vistos como um meio de exprimir as queixas e injustiças individuais e como uma forma de assegurar a proteção contra a tirania insensível. Portanto, a legitimidade jornalística está na teoria democrática e, segundo os seus teóricos, assenta claramente numa postura de desconfiança – em relação ao poder – e numa cultura adversarial entre jornalismo e poder (TRAQUINA, 2005). Assim, é possível concluir que o jornalismo, designado como “Quarto Poder”, e a democracia constituíram-se em simbiose.

Com base na abordagem anterior sobre o surgimento do jornalismo como Quarto Poder e sua relação com a democracia, estimam-se serem realizadas reflexões sobre o período de censura política sofrida pelos jornalistas durante a ditadura militar no Brasil, enquanto processo “nacional” de institucionalização da autocensura nos meios midiáticos a partir desse momento histórico. Com isto, pretende-se destacar a “mudança” na estrutura do *ethos* jornalístico, fator de suma importância nesta profissão.

De acordo com Maria Aparecida de Aquino (1999), na história republicana do país, somente em dois momentos a ação da censura política pôde ser considerada contínua, exercida de maneira constante durante um período determinado: primeiro no governo Vargas,

particularmente no Estado Novo, e depois no regime militar instaurado após 1964. A autora afirma que o marco de uma censura política lentamente institucionalizada é estabelecido a partir de 13 de dezembro de 1968, data da edição do AI-5 (AQUINO, 1999, p.206). O Ato Institucional número 5 concentrava e conferia excepcionalidade maior ao presidente, limitando ou extinguindo liberdades democráticas e suspendendo garantias constitucionais.

Aquino (1999) explica que no regime militar pós-64, houve ausência de qualquer que seja característica democrática, tanto no sentido dado pelos “antigos” (democracia direta), como no utilizado pelos “modernos” (democracia representativa). Assim, a autora conclui que a partir da análise de um de seus instrumentos repressivos – neste caso a censura prévia à imprensa escrita –, mostra que durante todo o tempo também foram utilizados mecanismos para impedir a participação e a representação dos cidadãos no nível institucional (AQUINO, 1999, p.210). A autora relata que a informação era controlada através da censura prévia, ou seja, a vigilância absoluta das publicações de livros e periódicos pelo governo, ao qual parte dos materiais produzidos era destruída, e também pela pressão contra os jornalistas alternativos; além do controle indireto por meio de bilhetes e avisos informais, demissões de jornalistas.

De acordo com Bernardo Kucinski (1998), após tantas ações de censura, automaticamente os profissionais de comunicação foram se adaptando e como forma de evitar prejuízos e problemas também foram aderindo ao *ethos* jornalísticos à autocensura, entre os anos de 1972 e 1975, como um pacto para criação de consenso. Dessa forma, a autocensura e a censura prévia tornaram-se sistêmicas e os proprietários dos jornais criaram afinidades com as políticas públicas do regime. Kucinski (1998) define que:

A autocensura é a supressão intencional ou parte dela pelo jornalista ou empresa jornalística, de forma a iludir o leitor ou privá-lo de dados relevantes. Trata-se de uma importante forma de fraude porque é uma mentira ativa, oriunda não de uma reação instintiva, mas de intenção de esconder a verdade. (KUCINSKI, 1998, p.51).

O autor destaca que, até meados dos anos 1990, a maioria dos jornalistas era de esquerda, enquanto as grandes empresas de jornais e emissoras de TV eram conservadores. Por este motivo, e preocupados em manter seus empregos, jornalistas limitavam suas opiniões com base nas orientações de seus chefes. E, através desse fato, criou-se o hábito de omitir aquilo que eles pensavam através da autocensura e em seguida essa atitude foi se incorporando, sutilmente, no *ethos* jornalístico (KUCINSKI, 1998).

Para Kucinski (1998), fica evidente que a “institucionalização” da autocensura por parte dos jornalistas brasileiros se deve, primordialmente, a este período da história do país. De

fato, após todo esse controle da informação e da omissão da ideologia dos profissionais da comunicação devido à pressão existente naquela época, infelizmente, ainda vemos resquícios de autocensura nos jornais do Brasil. Visto que a prática da “autocensura”, mesmo numa democracia, ainda é utilizada nos dias de hoje, busca-se discutir o comportamento da imprensa nacional perante um novo movimento popular recentemente instaurado no Brasil, durante o mês de junho de 2013.

3.1. Mídia, Redes Sociais e o Novo Movimento Popular

Camille Goirand (2009) analisa os surgimentos dos novos movimentos sociais na América Latina e aponta a sociologia como uma novidade na renovação dos movimentos sociais no fim da década de 1960. Porquanto, foca o lado humano e contestação da ordem social, assim, os movimentos sociais ganharam bastante espaço na sociedade, utilizando um discurso que defende a dignidade dos pobres e dos humildes, frente ao poder político vigente. A autora esclarece que os movimentos sociais estão menos estruturados que os movimentos operários tradicionais, afirmando sua vontade de autonomia em relação ao Estado, aos partidos e à maioria dos sindicatos, eles não se apoiavam exclusivamente nas relações de produção ou de classe, contestando também a ordem social existente com base em reivindicações não materiais (GOIRAND, 2009).

De acordo com Goirand (2009), a participação política foi objeto ao mesmo tempo de reivindicações dos movimentos sociais e de propostas de renovação da ação pública local. Assim, a vontade dos movimentos sociais de questionar as mediações tradicionais operadas pelos partidos e os sindicatos foi pensada como um fator necessário à democratização das práticas políticas. E a organização dos movimentos sociais em bases locais reforçou os discursos sobre as “comunidades”; discursos disseminados ao mesmo tempo pelos atores locais, os poderes públicos em diferentes níveis e os observadores (GOIRAND, 2009).

A inscrição dos movimentos sociais no espaço das sociedades civis e sua autonomia frente aos poderes políticos foi, portanto, compreendida como decorrente de uma afirmação identitária, assim como de uma capacidade de inventar novas relações sociais na vida cotidiana. Com efeito, se, por um lado, a autonomia dos novos movimentos sociais foi real, por outro, representou sobretudo uma situação temporária, ligada ao contexto bem específico e transitório criado pelas mudanças de regime político. Assim, uma vez atendidas suas demandas materiais, as micro-organizações locais surgidas na época perderam em muitos casos sua capacidade de reivindicação e mobilização (GOIRAND, 2009).

A partir das explicações de Goirand (2009), além de toda reflexão teórica e histórica apresentada anteriormente – sobre a democracia, a censura e o Quarto Poder –, objetiva-se analisar as recentes manifestações populares que movimentaram o país no mês de junho de 2013, o surgimento da rede social como ferramenta de comunicação nos protestos e a ação jornalística enquanto formadora de opinião dentro da mídia.

Convidado a participar da Conferência Fronteiras do Pensamento 2013, em 15 de junho deste ano, Manuel Castells responde aos questionamentos do público e analisa as manifestações em São Paulo. De acordo com o sociólogo espanhol, todos estes protestos, como outros movimentos sociais na história, são, sobretudo, emocionais. “Não são pontualmente reivindicativos. Não é o transporte. Em algum momento, há um fato que provoca a indignação e, então, [...] ao sentir que há muitas pessoas que pensam o mesmo, fora do âmbito institucional, surge a esperança de fazer algo diferente” explicou Castells (2013). Assim, o fundamental é que os cidadãos, em sua grande maioria, não se sentem representados pelas instituições democráticas.

Para Castells (2013) os movimentos não estão contra a democracia, não a velha história da democracia, e sim esta “prática democrática” em que a classe política se apropria da representação, não presta contas em nenhum momento e justifica qualquer coisa em função dos interesses que realmente afetam ao Estado e à classe política – ou seja, os interesses econômicos, tecnológicos e culturais – a estes sim a classe política tem respeito. “Ela não respeita os cidadãos. Não é minha opinião. É isso que os cidadãos sentem e pensam: que eles não são respeitados” ressalta o sociólogo espanhol.

Desse modo, quando há qualquer pretexto que possa unir uma reação coletiva, concentram-se todos os demais. Castells (2013) explica que é daí que surge a indicação de todos os motivos: o que cada pessoa sente a respeito da forma com que a sociedade em geral, sobretudo representada pelas instituições políticas, trata os cidadãos. E junto a isso, há algo a mais. Para Castells (2013), o espaço público em que se reúne o público, atualmente, não é apenas físico, urbano, ele é também o da internet, o ciberespaço. É a conjunção de ambos que cria o espaço autônomo. Porém, o espaço físico é extremamente importante, porque a capacidade do contato pessoal na grande metrópole está sendo negada constantemente. Há uma destituição sistemática do espaço público da cidade, que está sendo convertido em espaço comercial. Shopping Centers não são espaços públicos, são espaços privados organizando a interação das pessoas em direção a funções comerciais e de consumo. E os cidadãos resistem a isso, tenta-se ultrapassar a lógica da liberdade na internet à liberdade no espaço urbano.

“Eu não posso opinar diretamente sobre os movimentos que estão acontecendo neste momento aqui em São Paulo, mas há algumas características de tentar manifestar que a cidade é dos cidadãos” comenta o sociólogo espanhol. E este é o elemento fundamental em todas as manifestações que ocorrem, ou já ocorreram, pelo mundo. Atualmente, segundo Castells (2013), o que muda é que os cidadãos têm um instrumento próprio de informação, auto-organização e automobilização que não existia. Antes, se estavam descontentes, a única coisa que podiam fazer era ir diretamente para uma manifestação de massa organizada por partidos e sindicatos, que logo negociavam em nome das pessoas. Mas, agora, a capacidade de auto-organização é espontânea. Isso é novo e é decorrente das redes sociais. “E o virtual sempre acaba no espaço público. Essa é a novidade. Sem depender das organizações, a sociedade tem a capacidade de se organizar, debater e intervir no espaço público” conclui.

Por outro lado, mais difícil que entender os motivos que levou uma multidão de brasileiros às ruas é compreender as razões que levaram a mídia a mudar drasticamente seu discurso sobre a realização de protestos no país. Durante os primeiros dias de protestos, ainda concentrados na cidade de São Paulo, os meios de comunicação tratavam os manifestantes como “baderneiros”, “incitadores da desordem e tumulto no trânsito paulista”. A exemplo disso, observam-se matérias veiculadas pelo jornal Folha de S.Paulo: no dia 07 de junho, com chamada para “Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP”; e do dia 13 de junho, em que trazia na capa “Governo de São Paulo diz que será mais duro contra vandalismo”.

No dia seguinte ao confronto mais intenso entre polícia e manifestantes, os jornais estampavam manchetes de solidariedade com os movimentos sociais. Entre elas, a chamada do jornal Folha de S.Paulo dizendo “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos” do dia 14 de junho; e, ainda, matéria de mesma data, só que do jornal Estado de S.Paulo, citando “Confronto fere mais de 100: paulistano vive dia de caos”. A partir deste dia, houve uma comoção nas redações para separar “vândalos” de “povo na rua” e sempre assegurando que os depredadores de patrimônio eram minoria, em relação ao grupo “pacífico” que apoiava o movimento. Uma mudança radical de posicionamento seja simplesmente por uma necessidade puritana de humanizar os relatos ou exercer na íntegra a função social da comunicação.

A preocupação com o discurso jornalístico era então inédita, se comparada a outras manifestações sobre transporte público no país (por exemplo, de anos anteriores), entretanto, ao contrário do que parece não é exatamente uma preocupação tão nobre. Por todo o histórico de repressão, observa-se que os jornalistas hoje ainda estão expostos a prática da autocensura

(mesmo estando em uma democracia, como é o caso do Brasil), pois os profissionais estão direcionados a lealdade com os donos dos veículos ao qual trabalham, e não fundamentalmente ao interesse público. Assim, a preocupação maior dos jornalistas supostamente seria com o tamanho do grupo de pessoas que os movimentos estavam conectados e que não dependem da mídia tradicional para se informar (a exemplo disso, está o uso das redes sociais e internet, tanto pelos manifestantes quanto pelas pessoas que buscavam informações sobre os protestos e acontecimentos, que não eram exatamente relatados pela mídia). Além do fato de auto-preservação, pois se observou inúmeros relatos de agressão a repórteres, cinegrafistas e fotógrafos durante os confrontos com a polícia; em que alguns policiais estavam tratando a “mídia” da mesma forma que os “vândalos” e “baderneiros” infiltrados nos protestos. Assim, a violência contra os jornalistas pode ter causado uma comoção nas redações, agora impulsionadas a defender a própria profissão jornalística contra os “abusos de poder” utilizados por determinados policiais, de modo a defender também a parcela da população que estava no local protestando de forma pacífica e a alterar o discurso estabelecido anteriormente pela mídia perante as manifestações daquele momento.

Cicília Maria K. Peruzzo (1998, p.129) exemplifica que passado o auge da comunicação “alternativa” - principalmente entre os períodos de 1968 a 1978 -, bem como da censura implacável do então regime militar sobre a mídia massiva, a postura baseada no antagonismo entre as duas vem sendo revista, mesmo que lentamente, mas também no âmbito de organizações envolvidas com a comunicação popular. Para a autora, os veículos de comunicação massiva não são, portanto, necessariamente, “perversos” com relação aos interesses populares; em vista de que um necessita do outro.

A temática da relação entre comunicação popular e massiva remete-se a algumas questões. Por um lado, esgotou-se todo o período de análise dos *mass media*, que privilegiou a abordagem de suas estruturas, a par de processos de manipulação e dos possíveis efeitos maléficos nos receptores. Depois passou-se a uma revisão dessas posições, adentrando-se os níveis da recepção e da cultura popular, na tentativa de compreender os fenômenos comunicativos. Ao mesmo tempo, emergiam com vigor, na América Latina, estudos de formas alternativas de comunicação gestadas na sociedade civil, alicerçados geralmente numa prática ou num engajamento, se não de militância, pelo menos de pesquisa-ação ou de pesquisa participante (PERUZZO, 1998, p.132).

A autora afirma que os grandes veículos, por um lado, fazem-se necessários e importantes no campo do divertimento e da informação, mas não conseguem suprir todas as necessidades em nível de comunidades e de movimentos sociais organizados. Isso explica o porquê dos atuais movimentos populares buscarem se “apropriar” de tecnologias e ferramentas da internet, como é o caso da rede social, em que não há controle da mídia ou do

poder político, como meio alternativo de divulgação de informação a população e organização do próprio movimento, como é o caso de convocar as pessoas para participar dos protestos por meio do Facebook.com.

Em entrevista para o jornal O Globo, no dia 26 de junho de 2013, Pierre Lévy comentou os recentes protestos no Brasil. Para o filósofo francês, há uma nova geração de pessoas bem educadas, trabalhadores com conhecimento, usando a internet e que querem suas vozes ouvidas. Comparando com manifestações do passado, como Maio de 1968, há uma identificação enquanto fenômeno geracional e na revolução cultural, entretanto, a diferença é que não são as mesmas ideologias.

Lévy (2013) explica que uma comunicação sem fronteiras, não controlada pela mídia (por exemplo, as redes sociais), - ou seja, uma identidade em rede -, possui mais inteligência coletiva e transparência. Outro aspecto dessa nova ideologia é o “desenvolvimento humano”, como a educação, saúde, direitos humanos, etc. Assim, lutar com mais força contra a corrupção, ser mais transparente, investir mais em saúde, educação e infraestrutura, é a solução que os manifestantes buscam. Entretanto, para Lévy esta “solução” não está apenas nas mãos dos governos, há uma mudança cultural e social “autônoma” em jogo.

Nos recentes movimentos observou-se a falta de líderes, interpretado por Lévy (2013) como consequência dessa nova maneira de coordenar em rede. “Você não deve esperar resultados diretos e imediatos a partir dos protestos. Nem mudanças políticas importantes. O que é importante é uma nova consciência, um choque cultural que terá efeitos a longo prazo na sociedade brasileira” explicou o filósofo francês.

Entretanto, mesmo com esse distanciamento dos movimentos com líderes políticos, não descarta a necessidade que temos das instituições, a democracia é uma instituição. Para Lévy (2013) sua discussão deve ser mais importante do que o resultado. A “revolta brasileira”, como ele a nomeia, está acima de qualquer evento emocional, social e cultural, é o experimento de uma nova forma de comunicação. “Ultrapassou-se uma espécie de limite e uma consciência surgiu, mas seus frutos virão a longo prazo” diz Lévy (2013).

O filósofo francês chama atenção para o fato de que as pessoas não mais confiam “cegamente” na mídia de massa, mas principalmente em pessoas ou, em alguns casos, em instituições organizadas. “Comunicação autônoma significa que sou eu que decido em quem confiar, e ninguém mais. Eu consigo distinguir a honestidade da manipulação, a opacidade da transparência” comenta Lévy (2013). E esse é o ponto da nova comunicação na rede social.

4. Considerações finais

Observa-se que o desenvolvimento da imprensa ocorre concomitante aos avanços do sistema democrático nos séculos XIX e XX. Assim, a notícia recebe uma nova definição no campo jornalístico, sendo, agora, relacionada também à função de valores e normas estabelecidos por meio do papel social da informação numa democracia. Entretanto, a trajetória perpassada pelo jornalismo brasileiro, desde sua consolidação como “Quarto Poder” até as dificuldades e censuras sofridas durante o período de Ditadura Militar no país, assim, os jornalistas hoje, mesmo numa democracia, estão expostos a prática da autocensura, pois são direcionados a lealdade com os donos dos veículos ao qual trabalham, e não primordialmente ao interesse público.

Quanto aos novos movimentos populares, conclui-se que, devido ao apoio populacional, a autonomia dos movimentos sociais foi conquistada pelos questionamentos políticos e trazem para discussão a democratização das sociedades, possibilitando a circulação de idéias no interior do espaço público. Assim, uma comunicação sem fronteiras, não controlada pela mídia (por exemplo, as redes sociais), - ou seja, uma identidade em rede -, possui mais inteligência coletiva e transparência.

Outro aspecto dessa nova ideologia proposta pelo movimento é o “desenvolvimento humano”, como a educação, saúde, direitos humanos, etc. Assim, lutar com mais força contra a corrupção, ser mais transparente, investir mais em saúde, educação e infraestrutura, é a solução que os manifestantes buscam. Entretanto, esta “solução” não está apenas nas mãos dos governos, há uma mudança cultural e social “autônoma” em também em jogo.

5. Referências Bibliográficas:

AQUINO, Maria Aparecida de. Relações entre o Estado Autoritário, a censura e a imprensa escrita. In: _____ . **Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de S. Paulo e Movimento. Bauru: *EDUSC*, 1999.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Maria da Gama Kury. 3. ed. Brasília, DF: *Editora UnB*, 1997.

CASTELLS, Manuel. Manuel Castells analisa as manifestações em São Paulo. **Fronteiras do Pensamento**, São Paulo, 15 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.frenteiras.com/canalfronteiras/entrevistas/?16,68>> Acesso em: 29 jun. 2013.

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da democracia:** uma introdução crítica. Porto Alegre: *Artmed*, 2002.

GOIRAND, Camille. **Movimentos sociais na América Latina:** elementos para uma abordagem comparada, *Revista Estudos Históricos* [online], v. 22, n. 4, pp. 323-354, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n44/v22n44a02.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica:** ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LÉVY, Pierre. Pierre Lévy comenta os protestos no Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 jun. 2013. Entrevista concedida a André Miranda pelo filósofo francês. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/pierre-levy-comenta-os-protestos-no-brasil-uma-consciencia-surgiu-seus-frutos-virao-longo-prazo-8809714>> Acesso em: 29 jun. 2013.

PERUZZO, Cícilia Maria Krohling. Comunicação popular, meios massivos e cultura. In: _____. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: *Editores Zahar*, 1984.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis, SC. *Insular*, 2005. V.1.